



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639997 - CE (2021/0012468-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JOSE DE SALES NETO
ADVOGADO : JOSÉ DE SALES NETO - CE007328
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ERONALDO MOTA DE SIQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERONALDO MOTA DE SIQUEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0620472-96.2021.8.06.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 15.01.2021, pela suposta prática do delito previsto no art. 24-A da Lei n. 11.340/2006.

Sustenta o impetrante tratar-se de hipótese de afastamento da Súmula n. 691 do STF.

Alega que haveria constrangimento ilegal na espécie, haja vista que os descumprimentos das medidas protetivas não eram fatos novos nem contemporâneos, mas pretéritos, padecendo de nulidade o auto de prisão em flagrante e seus desdobramentos, notadamente a conversão da prisão em preventiva.

Aduz que o decreto preventivo careceria de elementos concretos e não teria demonstrado a existência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Assevera que a prisão não está suficientemente fundamentada, que o paciente é tecnicamente primário, com profissão lícita e residência fixa e que poderiam ser impostas medidas cautelares diversas da prisão, como o monitoramento eletrônico.

Argumenta, ademais, que a custódia preventiva é desnecessária, desproporcional e desarrazoada, uma vez que o crime em exame é punido com detenção e, caso condenado, o paciente iniciaria o cumprimento da pena em regime aberto ou semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante sua substituição por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP ou, alternativamente, o seu relaxamento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pela Corte de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA.
FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE
MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE
INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA

N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE.
AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

[...]

(AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020, grifou-se)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, considerando os fundamentos explicitados pelo Desembargador relator, que pontuou (e-STJ fls. 65/67):

"Em juízo perfunctório dos autos, próprio em sede de plantão judicial, verifica-se, através das declarações da vítima e dos depoimentos dos policiais condutores, que o paciente vinha descumprindo medidas protetivas determinada nos autos do processo de nº 0050718-27.2020.8.06.0173 que tramita(ou) pela 2ª Vara desta Comarca de Tianguá-Ce [...]

[...]

Assim sendo, tendo em vista os relatos da vítima que indicam o descumprimento de medidas protetivas fixadas em sentença, as ameaças e os demais fatos indicados que foram corroborados pelos depoimentos dos policiais condutores, em juízo de cognição sumária, não se encontram presentes as circunstâncias excepcionais que autorizam o deferimento do pleito liminar requerido, eis que o decreto preventivo encontra-se suficientemente fundamentado nos termos do art. 310, II, art. 312, “caput” e art. 313, III; todos do CPP.”

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, “c”, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência